



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Divisão Técnica de Diversidade Linguística

PARECER TÉCNICO nº 17/2021/DTDL/CGIR/DPI

ASSUNTO: Inclusão da Língua Kawahiba dos Karipuna no INDL

REFERÊNCIA: Proc. 01450.003441/2021-61

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Senhor Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística,

Este parecer técnico trata da inclusão da língua indígena Kawahiba dos Karipuna no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), cuja pesquisa e documentação fez parte do LEVANTAMENTO REGIONAL DA SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DE 26 ETNIAS INDÍGENAS DA REGIÃO DE RONDÔNIA – projeto apoiado pelo IPHAN e realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, vinculado ao MCTI, cujos objetivos principais foram os seguintes:

- Levantar a situação da língua nativa de 26 (etnias) etnias do Estado de Rondônia, investigando os parâmetros reconhecidos para diagnosticar o grau de ameaça de cada, por exemplo, número de falantes e semifalantes, grau de transmissão da língua, grau de manutenção de arte verbal tradicional, alfabetização na língua indígena e medidas e programas de apoio;
- Obter as informações necessárias para a patrimonialização de cada língua, por exemplo, os nomes da língua, sua história e suas relações genéticas com outras línguas e dialetos;
- Produzir e documentar a anuência informada de cada etnia para o reconhecimento da sua língua como Referência Cultural Brasileira;
- Documentar minimamente cada língua e dialeto por meio de gravação;
- Mobilizar cada etnia a manter e promover as suas línguas, fornecendo ideias e capacitação para isso;
- Contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias para levantar a situação de línguas indígenas de uma região, gerando subsídios para levantamentos futuros do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL);
- Gerar experiências de referência no uso de novas tecnologias para documentação e identificação de línguas para serem disponibilizadas no âmbito do INDL

Esta Divisão Técnica elaborou uma síntese sobre o referido Levantamento Sociolinguístico por meio da NOTA TÉCNICA nº 11/2021/DTDL/CGIR/DPI (3080361) para que se tenha informações adicionais sobre o projeto de modo que se mantenha em perspectiva a dimensão da iniciativa de escala regional, pluriétnica e multilinguística.

Documentos analisados (anexados ao processo SEI):

1. Formulário preenchido conforme o Guia de Pesquisa e Documentação INDL em formato digital (3080279)
2. Termo de Autorização de uso de áudio, imagem e demais registros para fins de documentação, estudo e divulgação científica (3080232)
3. Termos de Anuência escritos e em vídeo (3080232);
4. Amostras gravadas do uso da língua (3080253);
5. Levantamento ortográfico e lista Swadesh (3080253);
6. Gravação em áudio da lista do Museu Goeldi de mais de 300 (trezentas) palavras na língua nativa (3080253);
7. Mapas das Aldeias e T.I.s Kawahiba, das Aldeias visitadas no INDL (SEI 3077366) e dos Povos Kawahiba (3080279);
8. Fotos da Aldeia e dos Karipuna (3080304);

9. Arquivos de Referências Bibliográficas (3080333)

I - **Sobre o povo Kawahiba-Karipuna:**

Os Karipuna de Rondônia constituem um povo Kawahib pertencente à família linguística Tupi-guarani. Habitam atualmente a Terra Indígena Karipuna, localizada nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré. Ali os Karipuna estão reunidos na aldeia Panorama. A TI tem como limites naturais os rios Jaci-Paraná e seu afluente pela margem esquerda, o rio Formoso (a leste); os igarapés Fortaleza (ao norte), do Juiz e Água Azul (a oeste) e uma linha seca ao sul, ligando este último igarapé às cabeceiras do Formoso.

Em consulta à tese de doutorado de Emílio Sarde Neto intitulada "[Facticidade dos Karipuna de Rondônia: Territorialidade, hibridação e subjetividades](#)" foi possível obter um rico histórico a respeito do povo Karipuna e o processo de ocupação de Rondônia, que inevitavelmente teve fortes impactos sobre a existência e cultura desse povo indígena. Abaixo serão expostas muitas informações retiradas da tese citada, a fim de contextualizar e dar um panorama que explica informações resultantes da pesquisa sociolinguística realizada pelo MPEG, as quais – como será exposto mais adiante nesse parecer – revelam a baixa demografia desse povo e um cenário bastante difícil em relação à língua Kawahiba dos Karipuna.

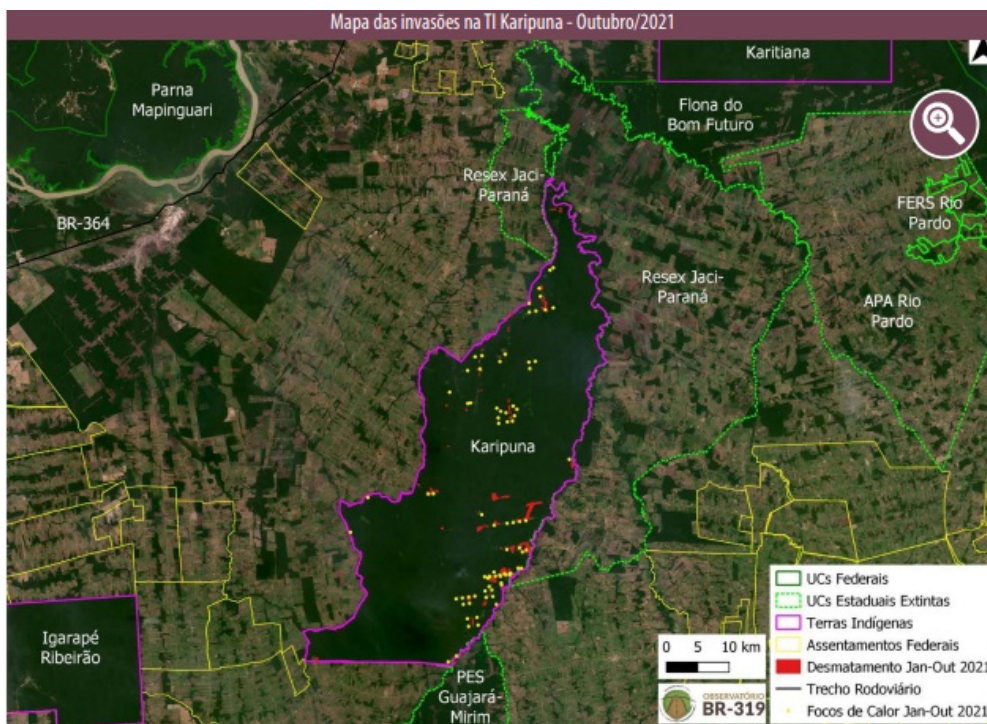
Segundo Sarde Neto (2018) e as fontes por ele consultadas em seu trabalho, estudos etno-históricos evidenciam a ocupação Karipuna na bacia do Jaci-Paraná desde o início do século XVII. Outros registros atestam que no século XVIII já estavam fixados na bacia do Rio Madeira na região do Alto Madeira, onde iniciaram contatos com não indígenas. Ainda no século XIX as primeiras frentes de penetração com finalidade econômica da exploração da borracha adentraram os territórios dos grupos Karipuna, ocasionando e obrigando seu deslocamento até as proximidades do rio Mutum-Paraná para evitar mais embates. Em 1872, começou a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, agravando a situação de violência contra os Karipuna. A ferrovia tinha como finalidade ligar o rio Mamoré ao Madeira contornando para escoar a produção de látex para o Oceano Atlântico. A construção da Ferrovia Madeira Mamoré ocasionou o corte do território Kartipuna pela estrada de ferro.

O autor conta que as primeiras tentativas de contato oficial com os Karipuna ocorreram, sem muito sucesso, a partir dos anos de 1940, quando o SPI iniciou o processo de instalação de Postos de Atração Coronel Tibúrcio no rio Capivari e Tenente Marques no Mutum-Paraná. Ao final da década de 1960, as primeiras solicitações de interdição de uma área destinada aos Karipuna de Rondônia foram feitas como medida para evitar mais conflitos entre seringueiros, garimpeiros e os indígenas. Em 1971, o projeto Sidney Girão de Colonização e construção da BR 421, das áreas que compreendia Ariquemes e Guajará-Mirim, provocou mais uma vez a necessidade de deslocamento dos Karipuna. Em 1973 é solicitada a criação de um posto indígena de atração devido ao avanço desordenado das frentes pioneiras sobre o território Karipuna – o que já havia ocasionado a destruição de quatro aldeias e a morte de dezenas de indígenas. Em 1974, a FUNAI criou uma Frente de Atração para o contato oficial dos Karipuna que se concretizou em 1976. Em 1981, institui-se um Grupo de Trabalho formado por um antropólogo e um topógrafo, com o objetivo de realizar estudos e levantamento da área. Nos cinco anos que se seguiram houve a depopulação de 75% do grupo vitimado por surtos sucessivos de gripe, sarampo, coqueluche, diarreia, malária e doenças venéreas ocasionadas por invasões ao território indígena por colonos. Já em 1988, a área indígena Karipuna foi interditada através da portaria PP 1093/ 1988, em função da necessidade de garantir a integridade física e territorial dos Karipuna e outros indígenas isolados (CIMI, 1998). A partir de 1991 foi solicitado o reestudo dos limites da área indígena Karipuna, resultando na redução de 195 mil ha para 153,350 ha. Em 2001, a etnia estava reduzida a 16 pessoas.

Em 2010, foi iniciada a construção do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira que, como consequência para os indígenas, ocasionou a modificação do volume das águas do rio Jaci-Paraná, incentivando a migração de pessoas não indígenas para a região, impulsionando invasões ao território indígena. Além disso, a fim de reivindicarem as compensações e a proteção do Estado contra a violência e as invasões do seu território, os indígenas passaram a ficar por muito tempo na cidade de Porto Velho. Em 2012 a FUNAI em parceria da Polícia Federal, Polícias Civil, Militar e Ambiental, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e Força Nacional realizaram a Operação Karipuna, constatando atividade ilegal madeireira, além de desmatamento e incêndios. Em fevereiro de 2018, o posto de vigilância da FUNAI dentro do TI Karipuna foi incendiado e destruído por madeireiros e grileiros dos arredores que invadem a terra indígena, evidenciando, assim a grande pressão que os Karipuna sofrem até os dias de hoje da sociedade não indígena.

Essa última informação é corroborada por informações constantes do próprio formulário do guia do INDL objeto deste parecer (3080232), no qual, à pg. 14, o pesquisador ao descrever as características geográficas da TI Karipuna menciona que: *“Geograficamente, a T.I dos Karipuna é preservada, mas esse estado se encontra em grande ameaça pelos invasores de suas terras, como grileiros e madeireiros ilegais. Os indígenas, inclusive, expulsaram pessoalmente, em um dos dias em que o pesquisador esteve em campo, um grupo de quatro grileiros que estavam abrindo picadas a 3KM da aldeia”*. Mais adiante, à pg 15 do formulário, no campo destinado à síntese de risco para a comunidade linguística e à língua ele continua: *“Há várias invasões de grileiros na T.I dos Karipuna e também já se sabe que há extração ilegal de madeira a mando de madeireiros que residem, segundos os indígenas Karipuna, nas localidades mais próximas, como as cidades de Bandeirantes e de Buriti. Coincidentemente, no segundo dia em trabalho de campo na aldeia Panorama, o indígena Aripã, um dos mais velhos da aldeia, fora caçar pela manhã, voltou poucas horas depois avisando a todos que havia encontrado rastros recentes de grileiros. Esses rastros eram picadas, que geralmente têm o fim de demarcar as áreas para posteriores grilagens de terras indígenas. Avisados dos invasores, todos os homens que se encontravam na aldeia saíram para averiguar a situação. Também fui com os indígenas para filmar todo o percurso e as provas de que existem pessoas invadindo suas terras.”* O pesquisador registrou o momento e as fotos da invasão em questão estão anexadas ao formulário às pgs. 16-22.

O mapa abaixo mostra localização e as invasões da Terra Indígena Karipuna, em outubro de 2021. A foto evidencia também o grau de desmatamento no entorno da Terra Indígena, que está entre as mais desmatadas da Amazônia Legal, conforme revelou o informativo mensal do [Observatório BR-319](#). Segundo os dados do estudo, a região perdeu mais de mil hectares (ha) de floresta somente em 2021 e é a mais pressionada da área de influência da BR-319, rodovia federal que liga Manaus a Porto Velho.



(Fonte: Observatório BR-319)

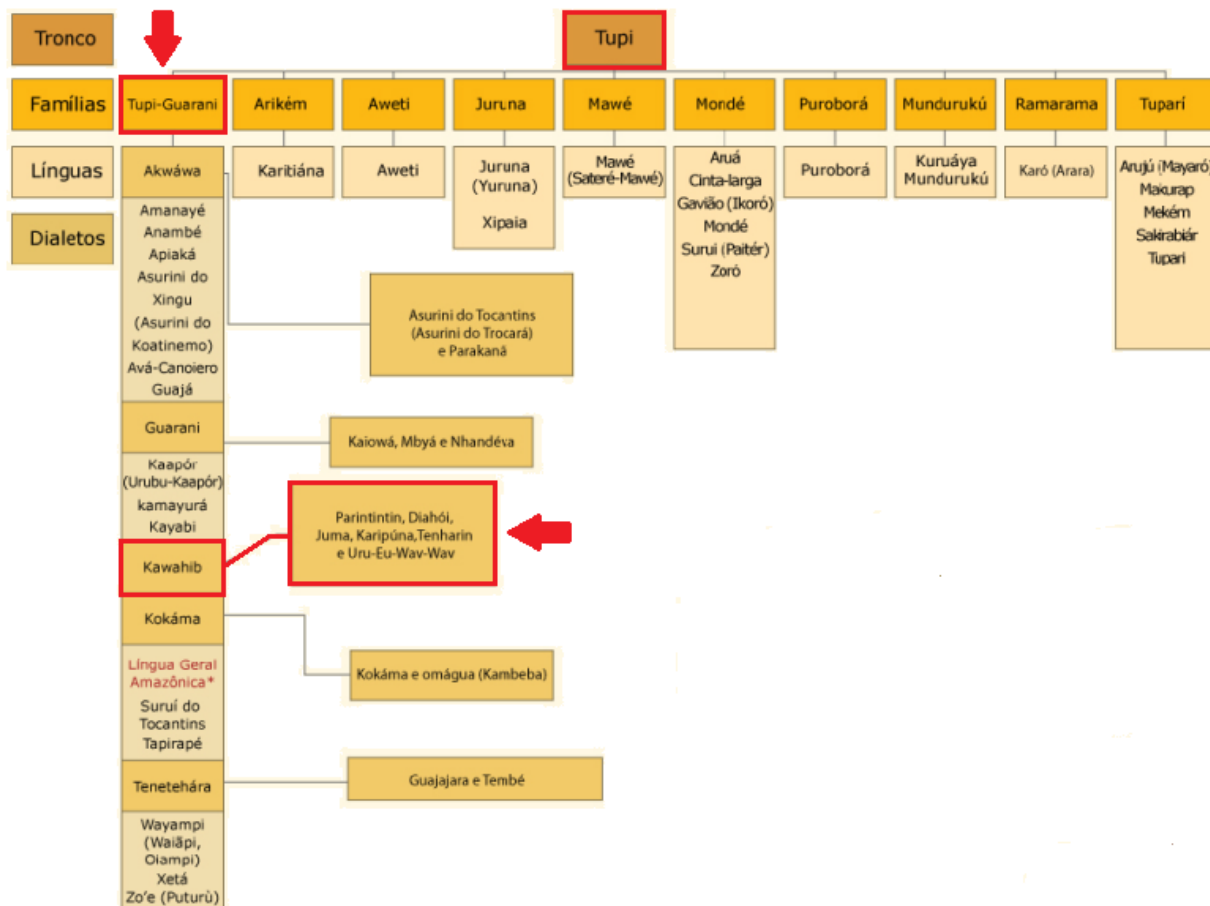
“Todo ano, a gente prepara o terreno para plantar, mas durante a pandemia, por causa das invasões, não pudemos fazer isso. No entanto, os invasores puderam entrar. Encontramos invasões a poucos quilômetros das comunidades e até barreiras em ramais. O meu povo não está tendo sossego e vive psicologicamente abalado. Ninguém dorme direito, come direito ou vive em paz. Nos ameaçam de morte, dizem que vão nos matar em emboscadas. Nós vivemos preocupados uns com os outros”, declarou a liderança indígena, Adriano Karipuna. (fonte: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2021/12/11/183080_terra-indigena-karipuna-tem-mais-de-mil-hectares-desmatados-em-area-de-influencia-da-br-319-em-2021.html)

II - Sobre a língua Kawahiba dos Karipuna:

O termo **Kawahiba** (Kagwahiva ~ Kawahiv ~ Kawahiva ~ Kawahiba) tem sido atribuído a um **complexo dialetal** composto por, no mínimo, 08 (oito) dialetos ainda existentes e falados por diferentes etnias localizadas entre o Amazonas, Mato Grosso e Rondônia como os: Uru-Eu-Wau-Wau (ou Jupa'u), Amondawa, **Karipuna de Rondônia**, Parintintim, Tenharim, Juma, Diahoi, Piripkura, além de povos Kawahiba isolados, que resistem ao contato.

É mencionado no formulário do Guia-INDL que, baseados em suas próprias impressões, os indígenas confirmam tratarem-se de dialetos e não de línguas diferentes, o que é sustentado também pelas referências disponíveis sobre esses povos (SAMPAIO, 1997, 2012.). Acrescenta-se que apesar de diferenças de sotaque entre as variedades do kawahiba, as mesmas são totalmente inteligíveis entre si.

A Língua analisada nesse parecer, a pedido dos próprios indígenas Karipuna será chamada de **Kawahiba dos Karipuna**, uma vez que, à época da pesquisa, estes manifestaram o desejo de que o nome da etnia faça parte também do nome da língua. Esse complexo dialetal do qual faz parte a língua dos Karipuna pertence à família linguística Tupi-guarani, do tronco linguístico Tupi, conforme demonstra o quadro abaixo:



O pesquisador menciona que os dialetos Kawahiba falados pelos povos Amondawa, Karipuna de Rondônia, Uru-Eu-Wau-Wau e o único falante de Capivari são os únicos pertencentes à família Tupi-Guarani no estado de Rondônia. Acrescenta que *“historicamente, há evidências de que essas etnias pertenceram a um ancestral comum, dados os relatos que os próprios Amondawa, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna contam a respeito do histórico de migração do povo. Dizem eles que antigamente todos os indígenas Kawahiba estavam juntos e, então, se separaram, principalmente, por conta de brigas internas cuja motivação é sempre tratada como um tabu.”* (formulário, pg. 29)

III - Sobre o Diagnóstico Sociolinguístico:

O dossiê sobre a língua Kawahiba dos Karipuna ora analisado foi elaborado pelo pesquisador Wesley Nascimento dos Santos, à época aluno de mestrado em Linguística na UNICAMP, e supervisionada pelo linguista Denny Moore, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Foi realizada uma única visita à Terra Indígena Karipuna/Aldeia Panorama, entre os meses de outubro e novembro de 2017. Nessa ocasião foi possível realizar o levantamento da situação sociolinguística de 100% dos domicílios da aldeia, dada a sua pequena dimensão.

Segundo informações que constam no formulário do Guia-INDL, a pesquisa de campo com o povo Karipuna levantou todos os dados solicitados, tendo como escopo um inventário amplo. Desse modo, todos os módulos foram atendidos, desde a identificação de onde a língua é falada, suas denominações até o número de falantes, nível de sua transmissão e aquisição pelas crianças. Os dados produzidos pela pesquisa são todos originais, uma vez que praticamente não havia dados sobre a língua produzidos anteriormente. Ao longo deste parecer será fornecido um resumo sobre as principais informações levantadas.

A área de abrangência da pesquisa compreendeu a Aldeia Panorama na Terra Indígena Karipuna e o distrito de Jaci-Paraná, no município de Porto Velho, locais onde se concentram os falantes da língua Kawahiba dos Karipuna. O pesquisador pontua que a língua é falada por dois indivíduos que vivem em outras localidades fora da área de abrangência – respectivamente em Porto Velho e na aldeia Iterap do povo Arara. Às pgs. 23-26 do formulário (3080279) são apresentadas várias fotos da aldeia Panorama.

A população identificada na pesquisa na comunidade considerada de referência é formada por 21 indivíduos que moram na aldeia Panorama, entre indígenas Karipuna, não indígenas e indígenas de outro povo, dos quais 11 são Karipuna, 5 Uru-Eu-Wau-Wau (também Kawahibas), um indígena Pano, cuja mãe é Kaxarari e o pai Kaxinawá. São 20 os Karipuna que moram na cidade de Jaci-Paraná. O número total de indivíduos da comunidade linguística identificados pela pesquisa é de 29 pessoas.

Em relação aos recursos documentais na língua de referência, é dito que o conhecimento científico sobre a língua Kawahiba ainda é reduzido, com estudos principalmente focalizados no dialeto dos Parintintin, com poucos estudos recentes. Mesmo assim, é apresentada às pgs. 54-57 do formulário uma lista de produções bibliográfica sobre o Kawahiba (englobando vários dos seus dialetos, não havendo nenhum estudo exclusivo sobre o Kawahiba dos Karipuna). Às pgs. 59-60 são apresentadas as principais

referências documentais, mas novamente não há nenhuma referência específica sobre o Kawahiba dos Karipuna. Não há produção bibliográfica, musical ou audiovisual na língua, tampouco há material específico em áudio e vídeo sobre os Karipuna – o que justifica o fato de não haver produção na língua disponível na internet. Embora não haja produção sobre a língua disponível na internet, há registros em vídeo disponíveis no *Youtube* com a gravação do primeiro contato com os Karipuna, no rio Jacy-Paraná (os links são informados no formulário à pg. 59).

Sobre o ensino da língua nas escolas, é informado que há um único professor na Escola Estadual do Ensino Fundamental Pin-Karipuna e que é indígena. Apesar de o professor ser indígena, suas aulas não contemplam a língua ou a cultura dos Karipuna, pois não há uma disciplina dedicada a essas questões. Conforme explicado no parágrafo anterior, não há materiais didáticos na e sobre a língua de referência. A língua de alfabetização e instrução é o português. Nesse sentido, considerou-se o contexto escolar como desfavorável à promoção do uso da língua de referência na escola.

Foram identificadas duas instituições que atuam no território da língua - a Associação do Povo Indígena Karipuna Abytucu - Apoika e o CIMI (Conselho Missionário Indigenista). Nenhuma das instituições realiza algum trabalho diretamente voltado à língua Karipuna, mas atuam bastante na defesa da comunidade principalmente contra os invasores de terra. Os grileiros e madeireiros da região de Bandeirantes e Buriti representam o principal risco à comunidade linguística, ameaçando constantemente os indígenas, a sua tranquilidade e sobrevivência.

À pg. 66 é apresentado o diagnóstico sociolinguístico relacionado ao kawahiba dos Karipuna. É informado que são 5 falantes e 6 não falantes na comunidade de referência (aldeia Panorama) e 10 falantes e 19 não falantes na comunidade linguística. Não há pessoas monolíngues na língua de referência. Foram contabilizados 18 indivíduos monolíngues em português. Entre os falantes da língua de referência, 10 são bilíngues (falando português e kawahiba dos karipuna) e 1 indígena Karipuna que mora com os Arara, povo também de língua da família tupi-guarani. O português é a língua mais comumente aprendida como primeira língua. A língua Kawahiba dos Karipuna não está sendo transmitida para as crianças. A transmissão da língua encontra-se em grau **Interrompido**, portanto, não há uma segunda língua sendo aprendida pelas crianças. Os indígenas que falam a língua e não moram na aldeia não a utilizam no ambiente em que se encontram.

A prática de leitura e escrita na língua de referência é inexistente, dado que não há disciplina que oportunize às crianças o aprendizado da sua própria escrita. Somente quatro Karipuna sabem escrever e ler em sua língua. A maioria não sabe escrever ou ler em Português. A exceção são os quatro que também escrevem e leem na sua própria língua, no entanto, a grafia contém várias inconsistências, tendo sido produzida por Ana Suely Arruda Câmara Cabral, linguista da UnB (Universidade de Brasília).

À pg 78 do formulário o pesquisador diz que: "*Durante os sete (7) dias em que estive com os Karipuna de Rondônia, pude ver que a língua com a qual mais interação é o Português. A comunicação em Kawahiba dos Karipuna fica restrita aos mais velhos, Katika e Aripã. Em alguns poucos momentos, Batiti e André dialogavam com os primeiros na sua língua. Entre si, Batiti e André sempre conversavam em Português.*

As crianças não entendem palavras isoladas da língua ou uma conversa simples que se passe em Kawahiba dos Karipuna. Neste caso, não se enquadram sequer como bilíngues passivos. Tive a oportunidade de ser hospedado por um Karipuna, que é um dos 10 falantes, e que mora em Porto Velho. Ao telefone ou rádio da CASAI, quando conversava com Batiti ou André, o diálogo era sempre em Português. Aripã e Katika geralmente conversam na casa de Katika. O único vídeo para o acervo de usos sociais da língua foi gravado exatamente entre esses dois, quando numa manhã, ao tomar café, Aripã narrava a história do mítico Kandabuhua. O pouco uso da língua Kawahiba dos Karipuna na atualidade refletiu na dificuldade de se obter vídeos dos usos dinâmicos dessa língua. A modalidade de uso da língua é somente oral. Mesmo os alfabetizados, quando se comunicam por suportes eletrônicos, isso não se dá na língua. Ademais, como as crianças não sabem a língua, os avós ou pais não esboçam a comunicação por meio dela."

Sendo assim, o uso da língua Kawahiba dos Karipuna está em retração. Isso porque o uso dessa língua se limita a situações esporádicas de encontros dos mais velhos. Pessoas de 40 anos não dialogam na língua com os falantes. Além disso, nenhum indivíduo Karipuna com até 23 anos sabe a língua, não sendo sequer bilíngues passivos. Atualmente nenhum indivíduo como pajé, por exemplo faz uso especial da língua. O Português é sem dúvida a língua dominante hoje na única aldeia Karipuna, a Panorama. Como vimos, há somente 10 falantes, e cinco (5) destes não moram na aldeia. Na aldeia, portanto, há 11 indivíduos, e deste seis (6) não falam a língua.

Foi identificada como ação de valorização e promoção que a língua possui atualmente o "Projeto Açaí" para formação em magistério para atuar na aldeia. Como propostas da comunidade para a salvaguarda da língua são mencionadas como prioritárias: Reconhecimento de língua como referência cultural; Oficialização da língua; Assessoria para resolver problemas de ortografia; Assessoria para montar um programa de revitalização da língua; Documentação digital da língua e cultura oral por meio de gravações de áudio e de vídeo, com cópias para o uso da comunidade; Treinamento em documentação digital e Uso da língua como meio de instrução (na medida possível) e Proteção contra pessoas ou organizações que se oponham a cultura tradicional. Também foram apontadas como ações relevantes: Aquisição de equipamentos para gravação e edição de áudio e vídeo (somente onde já existe treinamento suficiente); Documentação escrita da língua, dicionários, coletâneas de histórias, etc; Correção de materiais didáticos existentes e aumento da sua quantidade; Confecção de mais materiais didáticos na língua; Ensino da língua como disciplina na escola; Ensino de conhecimentos tradicionais na escola; Apoio para festas e outras práticas tradicionais que usam a língua.

Sobre o grau de vitalidade da língua, foi constatado que a língua está **em desaparecimento**, ou seja, sua transmissão está interrompida, suas dinâmicas de usos sociais está restrito, há poucos falantes nativos, potenciais e de referência e a situação escolar é desfavorável. O pesquisador entende que: "*a transmissão da língua Kawahiba dos Karipuna se encontra **interrompida** no momento. Nenhuma criança a aprendeu, e os jovens de até 23 anos já não a praticam constantemente devido a seu maior contato com os não indígenas."*

IV - Conclusão:

Tendo em vista as informações apresentadas, observamos que o mapeamento, a caracterização e diagnóstico da língua e, por fim, a sistematização dos dados em formulário específico foram devidamente executados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Nesse sentido, tendo em vista o preenchimento a contento dos pré-requisitos suficientes para o pedido de inclusão de línguas e reconhecimento como Referência Cultural Brasileira, e o grande volume de informações sobre a língua inventariada, consideramos que foram atendidas as especificações técnicas para a instrução do processo de inclusão da língua kawahiba dos Karipuna no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e posterior deliberação pela Comissão Técnica do INDL.

Considerando o estado de **Desaparecimento da língua de referência** apresentada pelo levantamento sociolinguístico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e sintetizado neste parecer, bem como todo o processo relatado de violência, aculturação e ameaça ao qual esse povo foi e continua sendo submetido ao longo de sua história, recomendo fortemente a inclusão da Língua Kawahiba dos Karipuna no INDL.

A inclusão da língua no INDL servirá não somente para destacar a relevância da língua para a memória, história e identidade do povo Karipuna, mas também justificará a implementação de ações voltadas à salvaguarda da língua, conforme previsto pelo Art. 5º do decreto 7387/2010, “que as línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público”.

Por fim, a inclusão da língua Kawahiba dos Karipuna no INDL também se configurará como iniciativa voltada a um processo de reparação histórica e promoção do direito humano à diversidade linguística. Em relação ao tema do direito humano à diversidade linguística, ressaltamos o teor da Nota Técnica 8 DPGU/DNDH, de 14 de setembro de 2021(3193419), elaborada pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos da DPU, cuja defesa é a de dimensionamento do patrimônio linguístico ao mesmo campo de defesa dos Direitos Humanos e que sejam, dessa forma, estabelecidas políticas públicas de reparação à repressão linguística no Brasil.

Segue trecho desse documento que ao nosso juízo traz luz a esta questão:

Ainda que possamos contextualizar historicamente tais eventos, são evidentes os seus efeitos negativos e consequências restritivas sobre a vida atual e perspectivas futuras dessas comunidades, fato que fundamenta ações e políticas públicas para conscientização do direito humano à diversidade linguística e medidas compensatórias de reparação imaterial pelos danos identitários.

(...)

Além disso, a lei proibia o uso da língua materna de cada nação indígena e da Língua Geral da Costa, obrigando o uso da língua portuguesa e a adoção, pelos indígenas, de sobrenomes portugueses.

(...)

Portanto, havia um propósito explícito de assimilação dessas populações, cujo resultado visado era o extermínio de seus valores e de suas línguas.

Dessa forma, submeto o presente Parecer para consideração superior e envio às instâncias superiores, para posterior submissão à Comissão Técnica do INDL para deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Borges da Silva Pinho Werneck, Técnico I**, em 17/12/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Carvalho Garcia, Chefe da Divisão Técnica da Diversidade Linguística**, em 17/12/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3191999** e o código CRC **F6F9ADF6**.

Referência: Processo nº 01450.003441/2021-61

SEI nº 3191999